

**PORTUGUÊS PARA FINS ESPECÍFICOS NO SÉCULO XXI: ESTATUTO E
CONTRIBUTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PORTUGUÊS
LÍNGUA ESTRANGEIRA**

**PORTUGUESE FOR SPECIFIC PURPOSES IN THE 21ST CENTURY: STATUS
AND CONTRIBUTIONS TO THE DEVELOPMENT OF TEACHING PORTUGUESE
AS A FOREIGN LANGUAGE**

Susana Duarte Martins¹

RESUMO: Instigada pelos fluxos migratórios e pela mobilidade estudantil no ensino superior, a diversidade linguística é atualmente uma realidade nas instituições de ensino portuguesas. Neste contexto, o Português para Fins Específicos e Académicos assume-se mais do que nunca como uma necessidade por parte de estudantes universitários e profissionais estrangeiros. De facto, a importância das línguas para fins específicos no âmbito do ensino de língua estrangeira é já reconhecida desde os anos 1960 com o advento do movimento do Inglês para Fins Específicos, tendo como base a análise das necessidades (Munby, 1978) do público aprendente. Neste sentido, os documentos orientadores de ensino-aprendizagem de língua estrangeira europeus e nacionais não poderiam deixar de contemplar o Português para Fins Específicos. A questão que se coloca é se a língua para fins específicos tem o reconhecimento devido na atualidade, pretendendo-se observar o seu estatuto nos guias orientadores e respetivas repercussões para o ensino de Português Língua Estrangeira. Na verdade, da análise destes referenciais conclui-se que o crescimento do interesse pelo Português para Fins Específicos contrasta com um investimento insuficiente no desenvolvimento desta área, quer em Portugal, quer no Brasil. Outro intuito desta investigação é revelar os contributos da Linguística para o ensino de Português para Fins Específicos e para a criação de materiais e recursos linguísticos que apoiem a sua aprendizagem e disseminação. Partindo da abordagem lexical de Lewis (1993), são introduzidas as metodologias de trabalho da Terminologia e da Lexicografia de Especialidade, que se centram sobre o texto e o léxico especializados, enquanto contributos para a conceção de cursos e de materiais de Língua para Fins Específicos. Por fim, é apresentado o trabalho desenvolvido num curso de Língua de Especialidade, que se pode aplicar à construção de cursos de Português para Fins Específicos destinados a grupos heterogéneos de aprendentes.

PALAVRAS-CHAVE: Português para Fins Específicos. Diretrizes para o ensino de Língua Estrangeira. Políticas Linguísticas. Abordagem lexical; contributos da linguística para o ensino de língua.

ABSTRACT: Linguistic diversity is currently a reality in Portuguese educational institutions driven by the migratory flows and student mobility in higher education. In this context, Portuguese for Specific and Academic Purposes is more than ever a necessity for university students and foreign professionals. Indeed, the importance of languages for specific purposes in the scope of foreign language teaching has been recognized since the 1960s with the advent of the English for Specific Purpose movement, based on the analysis of the learners' needs (Munby, 1978). Therefore, the European and national guiding documents for the teaching and learning of foreign languages must include the Portuguese for Specific Purposes. The issue here is whether the language for specific purposes has due recognition today. To answer this question, this paper aims at discussing the status of Portuguese for Specific Purposes in the above-mentioned guidelines, as well as their repercussions for the teaching of Portuguese for foreigners. In fact, the analysis of these referentials suggest that the growth of the interest in the Portuguese for Specific Purposes contrasts with the insufficient investment in the development of this area, both in Portugal and in Brazil. Another aim of this research is to reveal the contributions of Linguistics to the

¹ Doutora em Linguística, especialização: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Docente de Língua e Cultura Portuguesas para Estrangeiros na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH). Investigadora integrada do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (NOVA CLUNL). *E-mail:* susanaduartemartins@fch.unl.pt.

teaching of Portuguese for Specific Purposes and the creation of linguistic materials and resources that support its learning and dissemination. Based on Lewis' lexical approach (1993), we introduce the working methodologies of Terminology and Specialized Lexicography, which are focused on specialized text and lexicon, as contributions to the design of courses and materials for Language for Specific Purposes. Finally, the work developed in a Language of Specialty course is presented, which can be applied to the construction of courses of Portuguese for Specific Purposes to heterogeneous groups of learners.

KEYWORDS: Portuguese for Specific Purposes; guidelines for the teaching of Foreign Languages; language policies; lexical approach; contributions of linguistics to language teaching.

1 Introdução: contextualização e problemática

Entre os desafios que o ensino de Português para Fins Específicos apresenta na atualidade, destacam-se o interesse privilegiado pela aprendizagem da língua corrente e a heterogeneidade de áreas de estudo dos alunos universitários que integram as aulas de Português Língua Estrangeira, desde estudantes de Economia, Finanças e Gestão, a estudantes de Medicina, Engenharia, Ciências da Informação, Direito e Humanidades (DUARTE MARTINS, 2017).

Esta tendência tem sido visível nos cursos de Língua e Cultura Portuguesas para Estrangeiros da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH), onde o ensino de Português para Fins Específicos tem sido oferecido nas modalidades de unidade curricular opcional do curso de verão, ou como disciplina integrada nas aulas de língua dos níveis avançados dos cursos semestrais, e ainda de cursos de língua subordinados a temáticas particulares (Negócios, Medicina, Direito, Artes), numa ótica de ensino à medida das necessidades do aprendente.

A reconhecida importância do Português para Fins Específicos e as necessidades particulares em termos de ensino-aprendizagem de língua estrangeira contrastam com o desenvolvimento de guias e materiais didáticos que orientem o trabalho com a língua para fins específicos em vários domínios de saber. Neste sentido, propomo-nos apresentar uma série de documentos de referência para o ensino de Português, a fim de atestar a visibilidade do Português para Fins Específicos nas políticas linguísticas em Portugal e no Brasil, e ainda descrever algumas metodologias de trabalho das ciências do léxico que contribuem para a criação de recursos linguísticos no âmbito das línguas para fins específicos.

A primeira parte deste artigo será dedicada à análise dos referenciais europeus e portugueses para o ensino de línguas, estabelecendo-se a equivalência entre as designações de níveis de proficiência vigentes em Portugal e no Brasil e discutindo a predominância da língua para fins específicos nestes documentos orientadores. Na segunda parte estabeleceremos a associação entre a abordagem lexical de Lewis (1993) e as ciências do léxico, a fim de mostrar os contributos da Linguística para o ensino de línguas. Seguidamente, apresentaremos um curso de Língua de Especialidade direcionado a estudantes estrangeiros como proposta de aplicação ao ensino de Português para Fins Específicos. Neste contexto, debatem-se os conceitos de Língua de Especialidade e de Língua para Fins Específicos.

2 As Políticas Linguísticas e o Português para Fins Específicos

O ensino de Português Língua Estrangeira em Portugal tem por base documentos oriundos do Conselho Europeu, sem os quais os guiões orientadores nacionais não poderão ser interpretados (DUARTE MARTINS, 2020; FEYTOR PINTO; MELO-PFEIFER, 2018).

No contexto europeu, destacam-se os seguintes referenciais para o ensino de línguas:

- a) *Quadro Europeu Comum De Referência para as Línguas – QEER (CEFR) (2001);*
- b) *Portefólio Europeu de Línguas – Educação Básica (10-15 anos) (2001);*
- c) *Portefólio Europeu de Línguas – Ensino Secundário (+16 anos/adultos) (2001);*
- d) *O Meu Primeiro Portefólio Europeu de Línguas (2010);*
- e) *Cadre de Référence pour les Approches Plurielles des Langues et des Cultures / A Framework of Reference for Pluralistic Approaches to Languages and Cultures: Competences and resources – CARAP/FREPA (2012, 2013);*
- f) *Common European Framework of Reference for Languages. Companion Volume with New Descriptors – CEFR Companion (2018).*

A nível nacional, vários são os documentos orientadores para o Ensino de Português, da responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura (MEC), como:

- a) *Aprendizagens Essenciais - Ensino Básico e Ensino Secundário I Português Língua Não Materna (PLNM), Níveis A1, A2 e B1 (2018);*
- b) *Orientações Programáticas de PLNM - Ensino Secundário (2008);*
- c) *Português para Falantes de Outras Línguas: O Utilizador Elementar e Independente no País de Acolhimento (2008, 2009);*
- d) *Quadro de Referência para o Ensino Português no Estrangeiro – QuaREPE (2011).*

Além destes, outros guias foram criados por instituições que visam apoiar a divulgação da língua e cultura portuguesas:

- a) *Guia para o Ensino do Português enquanto Língua de Acolhimento no contexto da Educação Não Formal (2016) do Alto Comissariado para as Migrações (ACM IP);*
- b) *Referencial Camões PLE (2017) do Camões IP.*

No Brasil, pelo contrário, torna-se difícil identificar este tipo de orientações, visto o ensino de Português do Brasil como língua estrangeira não ser contemplado nos regulamentos para o ensino de língua estrangeira nem se verificar uma distinção clara entre esta e o ensino de língua materna nos *Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa (1997, 1998, 2002)* do MEC brasileiro (MARTINS; SCHOFFEN, 2019), problemática que o recente *Referencial Curricular do Estado do Rio Grande do Sul – RC Gaúcho relativo às Linguagens (2018)* não conseguiu resolver.

2.1 Níveis Comuns de Referência para as línguas na Europa

A criação de níveis de referência para o ensino de línguas na Europa é um dos contributos mais visíveis do QEER, que veio facilitar o estabelecimento de equivalências entre os diferentes programas de estudos dos estabelecimentos de ensino europeus e os exames de certificação de conhecimento das línguas. Apesar de estes níveis não terem sido adotados integralmente por todos os estados-membros da União Europeia, como é o caso dos cursos de Inglês ESOL – English for Speakers of Other Languages (<https://www.esolcourses.com/>), encontramos ecos dos níveis do QEER fora da Europa por via das diretrizes para o ensino de línguas estrangeiras. Podemos observá-lo na oferta de cursos de Português além-fronteiras, como sucede, por exemplo, no Instituto Português do Oriente, em Macau (<http://ipor.mo/clp/oferta-formativa/curso-geral/>), cujos cursos utilizam a designação de níveis proposta pelo QEER

Este sistema de níveis de proficiência não é totalmente desconhecido no Brasil, mas a escala de classificação de níveis prevalente é distinta. Como se pode verificar na tabela 1, é possível estabelecer a equivalência entre a terminologia utilizada no escalonamento dos cursos de Português Europeu (PE) e de Português Brasileiro (PB) enquanto língua estrangeira².

Tabela 1 – Equivalência entre os níveis do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas no Português Europeu e os cursos de Português língua estrangeira no Brasil

QECR (PE)	Equivalências (PB)
A1 - Nível de Iniciação (<i>Breakthrough</i>) Utilizador básico	Iniciante/Básico I
A2 - Nível Elementar (<i>Waystage</i>) Utilizador básico	Iniciante/Básico II
B1 - Nível Limiar (<i>Threshold</i>) Utilizador independente	Intermediário I
B2 - Nível Vantagem (<i>Vantage</i>) Utilizador independente	Intermediário II
C1 - Nível de Autonomia (<i>Proficiency</i>) Utilizador avançado	Avançado I
C2 - Nível de Mestria (<i>Mastery</i>) Utilizador avançado	Avançado II

Fonte: A autora

A pesquisa de cursos de língua portuguesa oferecidos por instituições portuguesas e brasileiras permitiu concluir que a uniformização terminológica que o QECR introduziu na designação dos níveis de proficiência para as línguas se reflete nos cursos de Português Europeu em Portugal, mas não se verifica na oferta formativa de cursos de Português Brasileiro. No Brasil, persiste a classificação dos diferentes níveis em Iniciante/Básico, Intermediário e Avançado, equivalentes às escalas usadas em Portugal antes das alterações promovidas pelo QECR: Iniciação, Intermédio e Avançado, respetivamente (DUARTE MARTINS 2020).

3 Representatividade e estatuto do Português para Fins Específicos nos documentos orientadores e oficiais da CPLP

O estatuto da língua para fins específicos pode ser medido pela frequência com que esta é mencionada nos referenciais para o ensino de língua estrangeira. Apresentamos, em seguida, uma análise da frequência de ocorrências dos termos «língua(s)/português para fins específicos» (LFE/PFE) nos guias orientadores para o ensino de línguas estrangeiras. Nos documentos europeus procurámos o termo «língua para fins específicos», enquanto nos guíes nacionais nos focámos em ambos os termos, quer em «língua», quer em «português» para fins específicos.

² Além da pesquisa pela variada oferta formativa de cursos de Português Brasileiro como Língua Estrangeira, estes dados tiveram ainda como base o estudo *O Ensino de Português para estrangeiros no Brasil* (2006) de Aline Gastardeli Tavares da Câmara e outros (<https://www.unicamp.br/~matilde/portl2bra2007.html>).

Tabela 2 – Frequência de ocorrência dos termos Língua para Fins Específicos e Português para Fins Específicos em documentos orientadores para o ensino de línguas

Documentos Orientadores		Frequência dos termos
		LFE/PFE
Conselho da Europa	QEER/CEFRL (2001)	3
	Portefólios (2001, 2010)	0
	Carap/Frepa (2012)	0
	<i>CEFRL Companion</i> (2018)	5
DGE/MEC	<i>Aprendizagens Essenciais</i> (2018)	0
Ensino de Português	<i>Orientações Programáticas PLNM</i> (2008)	0
	<i>O Português para Falantes de Outras Línguas</i> (2008, 2009)	0
	QuaREPE (2011)	0
ACM IP	<i>Guia para o ensino do PLA</i> (2016)	2
Camões IP	<i>Referencial Camões PLE</i> (2017)	0

Fonte: A autora

Os dados apurados permitem-nos observar a pouca expressividade da língua para fins específicos nos documentos orientadores para o ensino de línguas, revelando a sua clara orientação para o ensino da língua corrente.

Nos documentos europeus verifica-se uma maior ênfase destas questões no QEER/CEFRL e no seu mais recente *CEFRL Companion*. Porém, mesmo entre o total de 8 frequências registadas, 6 delas referem-se a orientações para fins específicos em termos de «cooperação» e «aprendizagem de línguas» no QEER/CEFRL, e a textos e mediação relevante para fins específicos no *CEFRL Companion*, registando-se neste último documento as 2 frequências do termo exato «língua para fins específicos».

A nível nacional, apenas o ACM evidencia um interesse mais particular pelo Português para Fins Específicos, traduzível nas 2 frequências do termo nas suas diretrizes.

A importância da língua para fins específicos não deixa de ser reconhecida nestes guias, mas apenas com referências indiretas veiculadas por termos como *domínios*, *áreas* ou *temas de especialidade*, *objetivos* ou *contextos específicos*. O *Referencial Camões PLE* (2017, p. 51-52, 74, 92), a título de exemplo, menciona por 4 vezes a sua preocupação com a «consolidação das aprendizagens (...) de acordo com os *perfis e necessidades dos aprendentes ou com contextos específicos*», encontrando-se esta passagem parafraseada em algumas outras partes do documento.

Em suma, entre os guias orientadores para o ensino-aprendizagem de língua não existe qualquer documento exclusivamente dedicado à língua para fins específicos, quer na Europa, quer em Portugal. No caso do Brasil, a situação é idêntica, importando, antes de tudo, a conceção de documentos curriculares de referência para o ensino do Português numa vertente

de língua estrangeira, de modo a se estabelecer a distinção entre o ensino de língua materna e não materna.

Se atentarmos ainda nos documentos emanados das Reuniões do Conselho de Ministros da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), o *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa*, determina, em termos de fortalecimento do ensino de português como língua estrangeira, o estímulo à «oferta de formação em língua portuguesa para públicos diversificados, designadamente a formação para fins específicos» (2010, p. 7). Anos depois, na *Resolução sobre o Plano de Ação de Lisboa* (2014), a língua para fins específicos é lembrada no âmbito da língua portuguesa enquanto reforço do empreendedorismo e da economia criativa, na qual se enfatiza «a importância da harmonização terminológica e da promoção do ensino da língua portuguesa para fins específicos.» (p. 10). Um pouco adiante, no capítulo do ensino da língua portuguesa a falantes de outras línguas, aponta-se o objetivo de «criar e aperfeiçoar instrumentos de apoio ao ensino da língua portuguesa para fins específicos» (p. 14).

Em consonância com as tendências identificadas nos documentos orientadores para o ensino de línguas, também nos documentos oficiais da CPLP se admite a necessidade de aposta na língua para fins específicos de forma tímida.

4 Métodos de ensino de língua estrangeira e o Português para Fins Específicos no contexto das Ciências do Léxico e da Terminologia

Entre os métodos de ensino de língua estrangeira de maior destaque, surge em 1993 a abordagem lexical de Michael Lewis, uma metodologia centrada no aluno, derivada da abordagem comunicativa, e segundo a qual o professor é um orientador da aprendizagem. Neste contexto, Lewis esclarece que a grande diferença entre as abordagens lexical e comunicativa é «the increased understanding of the nature of lexis in naturally occurring language, and its potential contribution to language pedagogy» (1993, p. vi), defendendo que os educadores deverão usar materiais didáticos diferenciados segundo o nível de proficiência dos aprendentes, contrariamente à abordagem comunicativa.

Em termos de prática pedagógica, Lewis (1997, p. 15) postula que o ensino de língua deverá privilegiar:

- Lexis - different kinds of multi-word chunks
- Specific language areas not previously standard in many EFL texts
- Listening (at lower levels) and reading (at higher levels)
- Activities based on L1/L2 comparisons and translation
- The use of the dictionary as a resource for active learning
- Probable rather than possible English
- Organising learners' notebooks to reveal patterns and aid retrieval
- The language which learners may meet outside the classroom
- Preparing learners to get maximum benefit from text.

Tendo como base a abordagem lexical no ensino de língua, é nas ciências do léxico, em particular a Lexicologia, a Lexicografia e a Terminologia, que encontramos metodologias de tratamento do conhecimento especializado e dos textos de especialidade de importância para a aprendizagem de língua estrangeira e para Fins Específicos, que Lewis reconhece ao destacar o trabalho sobre o léxico, o recurso a textos de diferentes domínios de saber e a importância do uso do dicionário em sala de aula. Como defendem Fernández, Flórez de la Colina e Peters (2011, p. 29-30):

A bilingual, interdisciplinary approach to terminology has a crucial place in the teaching of specialized language to professional students in any field. (...) Bilingualized terminography is a productive response to the challenges of translation, as well as meeting new educational needs in the European Union.

Neste sentido, o recurso às metodologias das ciências do léxico, em particular da Terminologia e da Lexicografia de Especialidade, permite, entre outros:

- a) a elaboração de sistemas conceptuais em domínios de especialidade;
- b) a constituição de *corpora* especializado;
- c) a extração automática de termos;
- d) a criação de fichas terminológicas, de onde conste informação sobre a definição do termo, seus equivalentes em línguas estrangeiras e informação cultural, entre outras (sinónimos, reduções, variantes, contextos).

Enquanto complemento da abordagem lexical, estas metodologias revelam grande utilidade para a elaboração de recursos linguísticos e materiais de ensino para fins específicos, inculcando-lhes um maior grau de cientificidade. Vejamos, seguidamente, como podemos conceber um curso de Língua para Fins Específicos assente nas metodologias da linguística, tendo o léxico como foco.

4.1. Da Língua de Especialidade à Língua para Fins Específicos: apresentação de um curso de Língua de Especialidade com aplicações ao Português para Fins Específicos

Entre 2000 e 2005, como referimos inicialmente, a NOVA FCSH ofereceu cursos de Língua de Especialidade no âmbito dos cursos de Língua e Cultura Portuguesas para Estrangeiros, enquanto:

- a) opção livre do curso intensivo de verão (2000-2005);
- b) disciplina complementar dos cursos de língua dos níveis avançados dos cursos semestrais (2002/2003).

Focar-nos-emos nos cursos de Língua de Especialidade dos cursos de verão, dado estes não estarem dependentes do programa das aulas de língua. Antes de discutirmos o conteúdo programático deste curso, começamos por nos deter sobre o que se entende por Língua de Especialidade comparativamente a Língua para Fins Específicos.

Segundo a norma ISO 1087-1 (2000, p. 2), a Língua de Especialidade refere-se à «language used in a subject field and characterized by the use of specific linguistic means of expression», com associação direta à terminologia, considerando que «the specific linguistic means of expression always include subject-specific terminology».

Na referida norma ISO, a Língua de Especialidade é colocada ao mesmo nível que a Língua para Fins Específicos. Consideramos, porém, que apesar de estas se encontrarem associadas, Língua de Especialidade e Língua para Fins Específicos não são sinónimos. Também Hutchinson e Waters (1991, p. 19) defendem esta ideia, afirmando que a Língua para Fins Específicos não é «a particular kind of language or methodology, nor does it consist of a particular type of teaching material». Para os autores, a Língua para Fins Específicos é uma abordagem ao ensino de língua e não um produto linguístico, em que «all decisions as to content and method are based on the learner's reason for learning», na senda da análise de necessidades advogada por Munby (1978). É este mesmo ponto de vista que partilhamos.

Neste contexto, passamos a descrever o funcionamento e trabalho desenvolvido no âmbito do curso de Língua de Especialidade, opção livre dos cursos de verão de Língua e Cultura Portuguesas oferecidos pela NOVA FCSH. Trata-se de um curso de curta duração: 10 horas, destinado a alunos estrangeiros do nível avançado. Os alunos que frequentaram esta disciplina possuíam diferentes línguas maternas e as suas áreas de especialização eram diversificadas. A fim de obter um consenso sobre o(s) domínio(s) de saber a trabalhar, enquanto linha norteadora do programa do curso, a análise de necessidades era avaliada na primeira aula, partindo das expectativas dos alunos inscritos, com especial ênfase para as respetivas áreas de estudos. Em geral, a área da Economia era aquela que maior interesse reunia, seguida pela área do Direito. Os conteúdos programáticos foram delineados de acordo com as necessidades da maioria do grupo, sem esquecer os alunos que outros interesses possuíam, como era comum entre os alunos que se dedicavam à prática da tradução.

O programa de Língua de Especialidade proposto foi concebido tendo em mente a abordagem lexical combinada com as metodologias da Terminologia, sendo orientado para o trabalho com textos especializados, incluindo temáticas consideradas de interesse para a integração dos alunos na vida quotidiana em Portugal. Os conteúdos desenvolvidos foram os seguintes:

- a) Organização conceptual do domínio da Economia
- b) Bases de dados, glossários, dicionários e fichas terminológicas
- c) A situação financeira e o dinheiro
- d) A banca
- e) A União Europeia (incluindo uma visita de estudo ao Centro de Informação Europeia Jacques Delors)
- f) Trabalho e segurança social
- g) Habitação
- h) A bolsa de valores
- i) As siglas e os acrónimos da Economia

Em termos de metodologia, privilegiou-se:

- a) a análise de textos especializados de tipologias variadas;
- b) a extração de termos através de concordanciadores (ConcApp);
- c) a identificação de termos em contexto;
- d) a construção de bases de dados de termos, tradução de listas de termos.

O recurso às metodologias de trabalho da Terminologia permitiu a aquisição de conhecimentos gerais sobre o trabalho com o texto especializado e a consequente integração dos alunos de todas as áreas de especialização. No final do curso, os estudantes selecionaram textos do seu domínio de especialidade em língua portuguesa, a fim de lhes aplicar técnicas de tratamento do texto especializado, realizando a extração de termos a partir do concordanciador ConcApp, seguida da identificação de termos consoante os seus contextos (à esquerda e à direita) para, em última instância, construir bases de dados constituídas pelos termos identificados, aos quais poderiam associar equivalentes em diferentes línguas, entre outras informações.

Consideramos que a metodologia utilizada foi um sucesso, pela recetividade e *feedback* recebido por parte dos estudantes, mas também pelo facto de permitir a integração de todos os domínios de saber num grupo heterogéneo, com aulas práticas, incluindo uma visita de estudo.

O programa de Língua de Especialidade aqui apresentado é facilmente adaptável a um curso de Português para Fins Específicos no domínio da Economia, como por exemplo um

curso de Português para os Negócios. Para áreas de saber diferentes, propõe-se o trabalho sobre textos especializados orientados para temas do quotidiano e de interesse dos estudantes, aplicando as mesmas metodologias emanadas da Terminologia e da Lexicografia de Especialidade. Estas metodologias oferecem ainda um grande potencial em termos de construção de materiais didáticos, incentivando o trabalho sobre o léxico de especialidade e promovendo a autonomia dos estudantes na sua relação futura com os textos especializados.

5 Conclusão: a representatividade e importância do Português para Fins Específicos no ensino de língua estrangeira e nas políticas linguísticas

Após uma análise atenta dos referenciais para o ensino de línguas e outros documentos de caráter oficial, como os resultantes das reuniões do Conselho de Ministros da CPLP, podemos dizer que o Português para Fins Específicos começa a ganhar algum terreno no contexto do ensino de língua, como evidencia o aumento no número de ocorrências dos termos «Língua/Português para Fins Específicos» em documentos mais recentes, como é o caso do *CEFRL Companion* (2018) ou, a nível nacional, do *Guia para o ensino do Português enquanto Língua de Acolhimento (PLA) no contexto da Educação Não Formal (ENF)* (2016, p. 35), no qual se afirma, relativamente aos planos de Iniciação ao Português, que «um conceito-chave a ter em consideração é o de “português para fins específicos”, quer na sua aceção restrita de “fins profissionais”, quer numa aceção mais lata, de modo a abranger outros fins socialmente relevantes». Encontram-se, por outro lado, referências indiretas à língua para fins específicos, através da menção a objetivos, contextos ou domínios específicos no *Referencial Camões PLE* (2017), uma tendência já identificada na maioria dos documentos.

Ressalte-se ainda que, no atual estado da arte do português para fins específicos é visível a ausência de um guia orientador para as línguas para fins específicos, documento determinante para a adequada integração da pluralidade linguística e cultural que caracteriza a língua portuguesa no mundo, o seu ensino e difusão.

Consequentemente, torna-se necessário que os guiões de referência para o ensino de línguas deem maior relevância à língua para fins específicos, valorizando o desenvolvimento de competências plurilingues entre aprendentes estrangeiros. É, pois, imperativo o investimento no desenvolvimento de cursos de língua orientados para fins específicos e a aposta na criação de materiais didáticos em diversos domínios de conhecimento. As metodologias das ciências do léxico, nomeadamente a Terminologia e a Lexicografia de Especialidade, constituem uma mais-valia para o desenvolvimento de um trabalho desta natureza, na senda da abordagem lexical de Lewis (1993) e da análise de necessidades de Munby (1978), entre outras.

A inclusão do Português para Fins Específicos no processo de ensino-aprendizagem contribui para a projeção internacional da língua, promovendo a integração linguística, social e profissional dos aprendentes, exercendo os governantes dos países lusófonos e os representantes da CPLP um papel decisivo nesta questão e no estímulo às políticas de língua.

Referências

- CAELS, F. **Guia para o ensino do Português enquanto Língua de Acolhimento (PLA) no contexto da Educação Não Formal (ENF)**. 1.^a ed. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações, I.P., 2016, 51 p.
- CANDELIER, M. (coord.). **Le Carap – Cadre de Référence pour les Approches Plurielles des Langues et des Cultures : Compétences et ressources / Frepa - A Framework of Reference for Pluralistic Approaches to Languages and Cultures: Competences and resources**. Ed. revista. Estrasburgo/Graz: Conselho da Europa, 2012, 104 p.

- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – Reunião do Conselho de Ministros. **Resolução sobre o Plano de Ação de Lisboa**. Maputo, 2014, 23 p.
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – Reunião do Conselho de Ministros. **Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa**. Luanda, 2010, 13 p.
- CONSELHO DA EUROPA. **Common European Framework of Reference for Languages. Companion Volume with New Descriptors – CEFR Companion**. 1.^a ed. Estrasburgo: Conselho da Europa, 2018, 235 p.
- CONSELHO DA EUROPA. **O meu Primeiro Portefólio Europeu de Línguas – Educação Básica (10-15 anos)**. 1.^a ed. 2010. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2012, 62 p.
- CONSELHO DA EUROPA. **Portfolio Europeu de Línguas – Educação Básica (10-15 anos)**. 1.^a ed. 2001. Lisboa: Ministério da Educação, 2004a, 49 p.
- CONSELHO DA EUROPA. **Portfolio Europeu de Línguas – Ensino Secundário (+16 anos/adultos)**. 1.^a ed. 2001. Lisboa: Ministério da Educação, 2004b, 43 p.
- CONSELHO DA EUROPA. **Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas – Aprendizagem, Ensino, Avaliação**. 1.^a ed. Porto: Edições Asa, 2001, 279 p.
- DIREÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO. **Aprendizagens Essenciais – Ensino Básico e Ensino Secundário I Português Língua Não Materna (PLNM), Níveis A1**. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2018, 8 p.
- DIREÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO. **Aprendizagens Essenciais – Ensino Básico e Ensino Secundário I Português Língua Não Materna (PLNM), Níveis A2**. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2018, 6 p.
- DIREÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO. **Aprendizagens Essenciais – Ensino Básico e Ensino Secundário I Português Língua Não Materna (PLNM), Níveis B1**. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2018, 7 p.
- DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE LÍNGUA E CULTURA. **Referencial Camões PLE**. 1.^a ed. Lisboa: Camões IP, 2017, 125 p.
- DUARTE MARTINS, S. **Novas Políticas Linguísticas e Aquisição de Competências Plurilingues Profissionais aplicadas ao Ensino de Sinofalantes**. Diacrítica – Temas em Estudos Luso-Chineses e Luso-Japoneses, 2020, Braga: Universidade do Minho (submetido).
- DUARTE MARTINS, S. **Português para Fins Específicos: um investimento no desenvolvimento de competências plurilingues no mundo globalizado**. In: VI SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2017, Santarém: Instituto Politécnico de Santarém (a aguardar publicação).
- FERNÁNDEZ, T.; FLÓREZ DE LA COLINA, M. A.; PETERS, P. Terminology and terminography for architecture and building construction. In: ALCINA, A. (ed.). **Teaching and learning Terminology. New strategies and methods**. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 2011, p. 11-36.
- FEYTOR PINTO, P.; MELO-PFEIFER, S. (coord.). **Políticas Linguísticas em Português**. 1.^a ed. Lisboa: Lidel, 2018, 258 p.
- GROSSO, M. J. (coord.) et al. **QuAREPE – Quadro de Referência para o Ensino Português no Estrangeiro**. Documento Orientador. 1.^a ed. Lisboa: Ministério da Educação (DGIDC), 2011, 35 p.
- GROSSO, M. J.; TAVARES, A.; TAVARES, M. **O Português para Falantes de Outras Línguas: O Utilizador Independente no País de Acolhimento**. 1.^a ed. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, 2009, 86 p.
- GROSSO, M. J.; TAVARES, A.; TAVARES, M. **O Português para Falantes de Outras Línguas: O Utilizador Elementar no País de Acolhimento**. 1.^a ed. Lisboa: Ministério da Educação (DGIDC), 2008, 86 p.

- HUTCHINSON, T.; WATERS, A. **English for Specific Purposes. A Learning-centred Approach**. 6.^a ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1991, 183 p.
- ISO 1087-1. **Terminology Work – Vocabulary**. Genebra: ISO, 2000, 42+30 p.
- LEIRIA, I. (coord.) et al. **Orientações Programáticas de Português Língua Não Materna (PLNM) – Ensino Secundário**. 1.^a ed. Lisboa: Ministério da Educação (DGIDC), 2008, 47 p.
- LEWIS, M. **Implementing the Lexical Approach – Putting Theory into Practice**. 1.^a ed. 1997. Hampshire: Heinle Cengage Learning, 2008, 223 p.
- LEWIS, M. **The Lexical Approach – The State of ELT and a Way Forward**. 1.^a ed. 1993. Hove: Language Teaching Publications, 1999, 200 p.
- MARTINS, A. F.; SCHOFFEN, J. R. Instrumentos de política linguística para o ensino de língua portuguesa: vislumbrando uma perspectiva teórico-metodológica em português como língua adicional no cenário brasileiro. In: **Reflexos** (em linha), n.º 004, 2019. Disponível em: <http://revues.univ-tlse2.fr/reflexos/index.php?id=624>. Acedido em 20/04/2020.
- MUNBY, J. **Communicative Syllabus Design: A Sociolinguistic Model for Designing the Content of Purpose-Specific Language Programmes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978, 240 p.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio, Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2002, 244 p.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. MURRIE, Z. (coord.). **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio. Parte II - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2000, 71 p.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental, Língua Portuguesa**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998, 106 p.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Nacionais Curriculares – Língua Portuguesa**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997, 92 p.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Referencial Curricular Gaúcho – Linguagens**. 1.^a ed. Porto Alegre: Rio Grande do Sul, 2018, 816 p.

Submetido em 10/05/20

Aceito em 18/07/20